

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 510.303 - SP (2014/0097975-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : CLÍNICA SÃO GABRIEL LTDA
AGRAVADO : HOSPITAL PRO MATER SANTO ANTONIO
ADVOGADO : ALFREDO DOMINGUES BARBOSA MIGLIORE E
OUTRO(S) - SP182107

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1.416):

Agravo de Instrumento - Ação Civil Pública - Liminar concedida a fim de obrigar os réus ao cumprimento de obrigações de fazer e não fazer - Ilegitimidade ativa do Ministério Público - Reconhecimento - Não se vislumbra a defesa de interesse difusos e/ou coletivos na forma definida pela lei - O Poder Judiciário, pelo princípio da tripartição dos poderes não pode intervir de forma substitutiva em função que é privativa da Administração Pública, afeta ao Poder Executivo, a quem compete privativamente fiscalizar e controlar o exercício da atividade.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.452/1.459).

Nas razões do apelo especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 535, do CPC/73; 1º e 5º, I, da Lei 7.347/85; 3º, 4º, §2º, 5º, 6º e 12, VI, da Lei 7.853/89; 95, 97, parágrafo único, 136, XI, 141, 148, I, 155, 160, 162, §1º, 167, 191, 200 e 205, da Lei 8.069/90; 81, 82, I e II, da Lei 8.078/90; 1º, 2º, 3º, 4º, § 1º, 5º, II e III, 6º, I, d, 7º, I e II, da Lei 8.080/90; 1º, caput, 25, IV, a, 80, da Lei 8.625/93; 5º, V, a, 6º, VII, c, d, da Lei Complementar 75/93; 1º, 2º, 3º, 63, 73, 74, I e II, 81 e 82, da Lei 10.741/03.

Sustenta, em síntese: **(I)** a existência de omissão no julgado, **(II)** a legitimidade ativa do Ministério Público no caso concreto, que aduz versar sobre defesa de interesse social na área da saúde pública.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às fls. 1.489/1.495.

Parecer Ministerial às fls. 1.530/1.535.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

O recurso não prospera.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No que remanesce, o Tribunal de origem, ao decidir a questão relativa à ilegitimidade ativa do Ministério Público Paulista no caso concreto, amparou-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles apto a manter inalterado o acórdão recorrido. Portanto, a ausência de interposição de recurso extraordinário atrai a incidência da Súmula 126/STJ (*“É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.”*). Nesse mesmo sentido: **AgRg no AREsp 126036/RS**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 7/12/2012; **AgRg no AREsp 206.733/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 5/12/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

